

(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE MÉDIA: O CASO DE POÇOS DE CALDAS, MINAS GERAIS

Eduardo de Araujo da Silva

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Campus Presidente Prudente – FCT-UNESP
Pós-Graduação em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
eduardosilva.geografia@gmail.com

Alexandre Carvalho de Andrade

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL
Campus Poços de Caldas, Poços de Caldas, MG, Brasil
alexandre.andrade@ifsuldeminas.edu.br

RESUMO

O objetivo central deste trabalho foi compreender a (re)produção do espaço urbano e o processo de segregação socioespacial em Poços de Caldas (MG). Ao longo do tempo, Poços de Caldas alterou suas formas, funções e estrutura urbana. A partir do duplo processo de urbanização-industrialização, seu espaço intra-urbano passou por diversas transformações. Essa reestruturação da cidade ocorrida após a década de 1970 intensificou o processo de segregação socioespacial. A cidade tornou-se fortemente dispersa e fragmentada devido às implantações de programas de habitação em áreas distantes do centro e descontínuas do tecido urbano geral, e pelas implantações de espaços residenciais fechados nas periferias.

Palavras-chave: Produção do espaço. Expansão urbana. Industrialização. Fragmentação socioespacial.

(RE)PRODUCTION OF URBAN SPACE AND SOCIO-SPATIAL SEGREGATION IN THE MEDIUM-SIZED CITY: THE CASE OF POÇOS DE CALDAS, MINAS GERAIS

ABSTRACT

The main objective of this work was to understand the (re)production of urban space and the process of socio-spatial segregation in Poços de Caldas (MG). Over time, Poços de Caldas changed its forms, functions and urban structure. From the double process of urbanization-industrialization, its intra-urban space underwent several transformations. This city restructuring that took place after the 1970s intensified the process of socio-spatial segregation. The city has become heavily dispersed and fragmented due to the implementation of housing programs in areas far from the center and discontinuous from the general urban fabric, and by the implementation of closed residential spaces on the periphery.

Keywords: Production of space. Urban expansion. Industrialization. Socio-spatial fragmentation.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as cidades médias apresentam elevada importância, pois desempenham papéis intermediários entre as cidades de menor porte e as grandes cidades, comandam a produção a nível regional, participam na gestão da produção dos espaços rurais e possuem atividades econômicas diversificadas em seus territórios urbanos. Em função de tais características, elas polarizam cidades pequenas, mas também outras cidades de porte médio menos influentes de suas regiões (CORRÊA, 2007; SPOSITO, 2007a; SOARES, 2007).

No âmbito do espaço urbano, as cidades médias passaram por significativas transformações nas últimas décadas, principalmente após a intensa reestruturação produtiva derivada do processo de globalização econômica e financeira nos anos 1980. Nesse processo contínuo de reestruturação urbana e da cidade (SPOSITO, 2007a), listam-se diversas transformações: implantação de novas infraestruturas urbanas,

como sistemas de circulação e de comunicação; implantação de distritos industriais com a instalação de empresas estrangeiras; instalação de centros de consumo diversificados, como hipermercados e *shopping centers*; implantação de programas de habitação de interesse social, muitas das vezes, em áreas distantes das áreas centrais; a formação de novos empreendimentos habitacionais de médio e alto padrões nas periferias da cidade com a formação de novos subcentros; dentre outros.

Nessa conjuntura, as cidades médias tornaram-se crescentemente dispersas e fragmentadas. Observam-se setores urbanos compostos por conjuntos habitacionais construídos pela parceria público-privada em áreas sem bens de consumo coletivo, moradias levantadas no regime de autoconstrução sem padrões urbanísticos, e ocupações irregulares dispostas pelo espaço intra-urbano. Ao mesmo tempo, são evidenciados espaços residenciais fechados espalhados nas áreas periféricas, ocupados pelos segmentos sociais de médio e alto poderes aquisitivos (SPOSITO e GÓES, 2013). Tanto os espaços de autosegregação quanto as áreas sociais segregadas em função de baixos rendimentos revelam-se como áreas descontínuas do tecido urbano geral (CORRÊA, 2013). Nesse arranjo espacial mais complexo intensificam-se as desigualdades, segregação e fragmentação socioespacial (SPOSITO e GÓES, 2013).

Diante desse quadro, entende-se que muito ainda pode ser debatido sobre a (re)produção do espaço urbano e segregação socioespacial nas cidades médias brasileiras, dentre elas, as de Minas Gerais. Tendo isso em vista, o objetivo dessa pesquisa foi compreender a (re)produção do espaço urbano e o processo de segregação socioespacial em Poços de Caldas (MG). Cabe ressaltar que o presente trabalho apresenta resultados de dissertação de mestrado.

ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho acadêmico está orientado por uma abordagem teórico-metodológica da Geografia Urbana crítica, isto é, de autores que compreendem o espaço urbano contemporâneo como elemento fundamental para a reprodução ampliada do capital. Além da Geografia, foram consideradas as concepções de autores críticos da Filosofia, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo.

Partindo dessa linha de pensamento, entende-se que o espaço é produto e produtor, ou seja, ele é produzido socialmente e é o suporte das relações sociais de produção. Nele estão dispostas as forças produtivas, sendo a força de trabalho e os meios de produção que condicionam a reprodução ampliada do capital, a vida cotidiana da sociedade e, também, a própria reprodução espacial (CORRÊA, 1989; CARLOS, 1992; VILLAÇA, 2001; HARVEY, 2005; LEFEBVRE, 2013).

Vale destacar que, nessa concepção, o espaço não é considerado palco das ações humanas, sendo reduzido apenas a sua materialidade física (superfície e objetos físicos dispostos mais ou menos organizados). Em outros termos, ele não serve como tabuleiro ou receptáculo da sociedade, pelo contrário, a sociedade, assim como seus objetos e ações, constitui o espaço (SANTOS, 1977; CARLOS, 1992; VILLAÇA, 2001; 2012).

O espaço produzido pela sociedade implica desconsiderar o espaço como existência real independente da sociedade. A reprodução do espaço (urbano) recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, da vida, da sociedade como um todo. A reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é produto histórico, ao mesmo tempo em que realidade presente e imediata. (CARLOS, 1992, p. 30).

Na produção e reprodução da cidade contemporânea, a segregação aparece como uma característica elementar, tendo como base a lógica capitalista de mercantilização da terra, da desigual concentração das riquezas e da hierarquia social dividida em classes (CARLOS, 1992; 2018). Conforme Carlos (1992, p. 28-29), “O produto espacial expressa as contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que têm sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais da sociedade”.

Por sua vez, Villaça (2012, p. 44) considera a desigualdade social como uma característica fundamental para entender o espaço urbano brasileiro. O autor parte de duas premissas para compreender o espaço urbano: “[...] que nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade”, e que “[...] nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias”.

Partindo das reflexões discutidas acima, julga-se necessário analisar e compreender a segregação socioespacial, já que este processo se apresenta como parte da própria (re)produção do espaço urbano capitalista.

Segregação do espaço urbano

No sistema capitalista, o espaço urbano torna-se mercadoria, cujo acesso efetua-se pela compra. O acesso e o uso dos bens coletivos e serviços urbanos, por exemplo, estão submetidos a um valor de troca articulado a partir da localização (CARLOS, 2013). Assim sendo, conforme Carlos (2013), a desigualdade no acesso ao espaço urbano revela-se na apropriação privada, onde essa será determinada pela distribuição de riqueza. Nessa conjuntura, o espaço revela-se como homogêneo devido à intercambialidade que nele é imposto e, ao mesmo tempo, fragmentado pelo mercado imobiliário, que o fraciona e vende para aqueles que possuem condições financeiras. Aqueles que não têm condições de comprar terra urbana enfrentam a segregação de algum modo em suas vidas.

No espaço urbano, a segregação é um processo espacial que divide os grupos sociais relativamente homogêneos em áreas, desse modo, é um processo que gera, condiciona e/ou aumenta as desigualdades socioespaciais (CORRÊA, 1989; VILLAÇA, 2001; CARLOS, 2013; RODRIGUES, 2013; SPOSITO, 2013). De acordo com Carlos (2020, p. 364), a “segregação é a negação do urbano e da vida urbana”, pois, na dimensão do cotidiano, a segregação das classes de baixo poder aquisitivo se apresenta como falta de acesso à moradia, limitações no acesso de atividades urbanas relacionadas aos usos de transportes públicos e individuais e os descasos com a infraestrutura de espaços públicos, assim como sua supressão e restrição desses espaços. Por outro lado, a segregação das classes de maiores poderes aquisitivos se apresenta como política de classe. Na busca de novos modelos de habitação, maior controle e consumo do espaço urbano, as classes média-alta e alta pagam elevados preços em terrenos/casas/localizações urbanas (CORRÊA, 1989; VILLAÇA, 2001; 2012; RODRIGUES, 2013).

Em resumo, a segregação ocorre por meio da apropriação desigual do espaço urbano devido às desigualdades sociais, étnicas, culturais, políticas e/ou econômicas. A segregação ocorre no plano social e espacial, onde a área fica separada de um contexto urbano maior ou geral.

Para Lefebvre (2008, p. 99), “as segregações que destroem morfologicamente a cidade e que ameaçam a vida urbana não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais”. O autor também afirma que o Estado de país democrático não pode decretar abertamente a segregação, entretanto, seus planos e ações na cidade, junto ao setor privado, convergem para a segregação. “Social e politicamente, as estratégias de classe (inconscientes ou conscientes) visam à segregação” (LEFEBVRE, 2008, p. 98). Dessa forma, considera-se que a segregação não ocorre por acaso, pelo contrário, ela é estrategicamente programada e produzida pelo Estado e/ou pela classe dominante.

De acordo com Villaça (2001, p. 142), a segregação é “[...] um processo segundo qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (grifo do autor). A concentração é um ponto fundamental da análise desse autor, pois, a segregação se articula explicitamente com a desigualdade e dominação das classes sociais em determinadas regiões da cidade.

Conforme o referido autor, a segregação pode viabilizar e potencializar o poder de ação das classes sociais de maiores rendimentos e *status*. Para ele, se essas classes não estivessem concentradas numa mesma região da cidade, seria inviável a pressão política. Mesmo havendo a heterogeneidade da classe dominante (industriais, banqueiros, ruralistas, comerciantes, etc.), seus interesses sobre o espaço urbano são os mesmos: melhorar a acessibilidade de seus espaços e mantê-los com alta qualidade de vida, segurança e limpeza (VILLAÇA, 2001; 2012).

Enquanto as classes sociais de alto poder aquisitivo ocupam áreas previamente selecionadas, que apresentam vantagens locais e/ou atributos paisagísticos, as classes sociais de baixos rendimentos são induzidas - ou na pior das hipóteses imposta - à segregação em áreas desvalorizadas do espaço urbano. Quando segregadas, as classes de baixos rendimentos sofrem diversos tipos de privação, seja de acesso ao centro, comércios, serviços especializados e empregos, com isso, suas vidas se encontrarão limitadas. Portanto, a segregação prejudica a vida cotidiana dessas populações. Espacialmente, esse processo gera as áreas sociais segregadas (CORRÊA, 1989; 2013; CARLOS, 2013). “A segregação está posta como fenômeno urbano que acompanha a criação das cidades em vários momentos de sua história, sob o capitalismo ela ganha outra forma: a produção do espaço – mercadoria como momento de realização do processo de acumulação” (CARLOS, 2013, p. 97).

A concentração de classes de alto poder aquisitivo numa determinada localização ou região da cidade, separada por barreiras físicas, é classificada como autosegregação. Já a segregação das classes sociais de baixo poder aquisitivo pode ser classificada como: segregação imposta ou segregação induzida (CORRÊA, 2013).

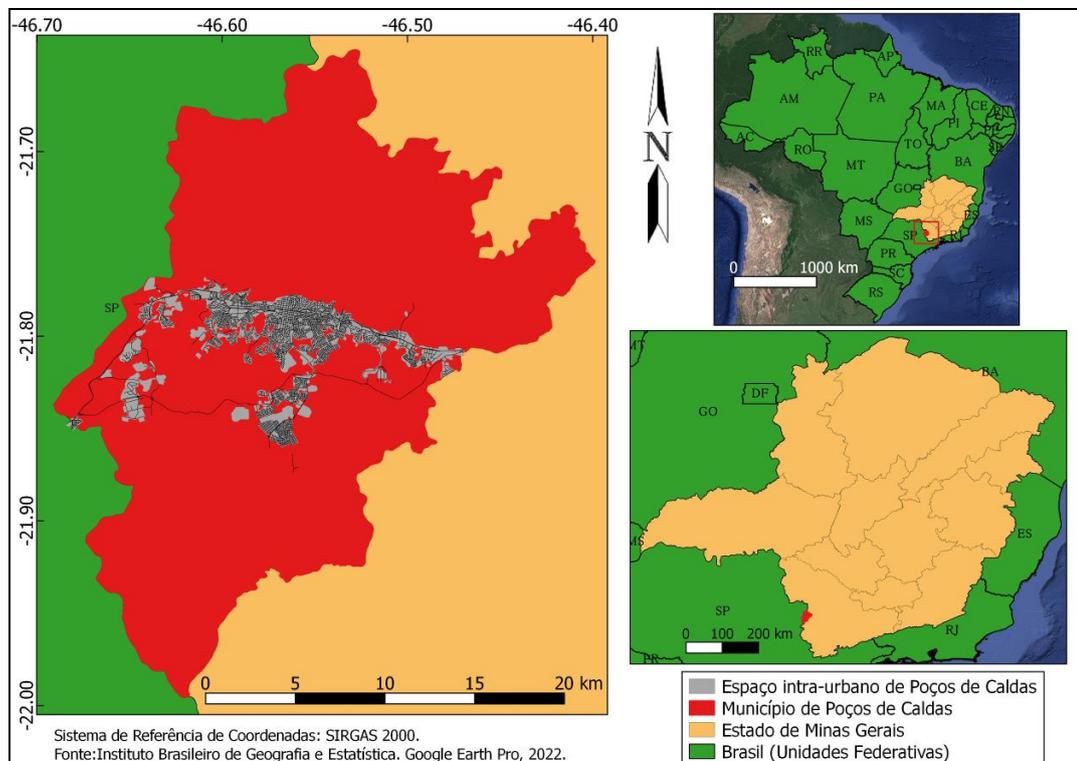
Apesar de existirem peculiaridades entre segregação socioespacial dos segmentos sociais de baixo poder aquisitivo (induzida ou imposta) e autosegregação, Villaça (2001) argumenta que existe apenas um processo, que é dialético: “Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor” (VILLAÇA, 2001, p. 147-148).

Sposito (2013, p. 70) afirma que segregação e autosegregação compõem um mesmo par, onde um processo reforça o outro. O grupo social na situação segregada estará se sentindo segregado de outro grupo. “O par segregação autosegregação implica pelo menos dois pontos de vista possíveis: os que segregam e os que são segregados, os que estão na área segregada e aqueles fora dela”. No entanto, Rodrigues (2013) ressalta não haver segregação, como condição, para aqueles que moram em espaços de autosegregação (condomínios fechados e loteamentos murados), pois esses moradores podem sair desses espaços quando bem entenderem, sem que nenhuma restrição os impeça, e o que existe é a segregação imposta para o outro, isto é, para aqueles que não têm permissão de entrarem nas áreas autosegregadas.

Procedimentos metodológicos

Poços de Caldas é uma cidade média localizada na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, junto à divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo (Figura 1). Desde sua fundação, a produção do seu espaço geográfico teve como orientação algumas particularidades do meio físico local, como: a forma do sítio (quadro topográfico), o aparecimento de águas termais por corrente de gases de alta profundidade, e os recursos minerais devido à exposição de rochas por milhões de anos. Além da forma urbana, considera-se que, de certo modo, a economia e história local se processou em torno dos elementos naturais, no que, atualmente, a cidade apresenta atividades atreladas ao turismo das águas sulfurosas, atividades de mineração e industrialização de minerais. Em seu espaço intra-urbano, observa-se expressiva diferenciação espacial e processos de segregação socioespacial. Considera-se que a segregação socioespacial foi se constituindo historicamente, pela ação de diferentes agentes produtores do espaço.

Figura 1 - Localização da área de estudo.



Fonte - IBGE, 2022; GOOGLE EARTH PRO, 2021. Organização e elaboração: SILVA, E. A., 2022.

Com o intuito de entender a (re)produção do espaço urbano e o processo de segregação em Poços de Caldas, foram realizadas diversas atividades, tanto no plano teórico quanto no empírico. Para tanto,

primeiramente foi realizada revisão bibliográfica acerca das teorias, métodos e conceitos que permeiam o tema proposto. Sobre essa etapa, as leituras foram direcionadas para as temáticas urbanas, com foco principal nos temas: produção do espaço, espaço urbano e segregação. Tendo como base os conhecimentos obtidos nessa revisão, foram definidos e realizados os outros passos da pesquisa. Dividiu-se em três momentos:

Primeiro momento: foi realizada a coleta e análise dos documentos oficiais e mapas produzidos pelo poder público local. Sobre os dados utilizados na pesquisa, esses também foram coletados nos documentos oficiais, disponíveis na Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e no *site* institucional da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas; no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demais *sites* de instituições governamentais; nas leis e decretos disponíveis no *site* da Legislação Municipal. As informações e dados secundários coletados foram analisados, servindo de base nos resultados e discussões.

Ressalta-se que ao analisar apenas os planejamentos elaborados pelo Estado, não é possível compreender a totalidade social, pois a representação do espaço, por tratar-se apenas de uma parte da realidade, pode ocultar as contradições sócio-espaciais (LEFEBVRE, 2013). A linguagem técnica e pragmática desses documentos pode não expressar o espaço percebido e vivido pela própria sociedade, tampouco revela as complexidades das relações sociais, essas que são processos dinâmicos.

Para conferir e/ou contrapor as representações espaciais elaboradas pelo Estado e os dados secundários coletados com a realidade urbana local, durante toda a pesquisa foram realizados trabalhos de campo *in loco*. Nessas atividades, foram capturadas fotografias e descrições das paisagens urbanas nos diferentes setores da cidade. Além da forma física (quadro topográfico e objetos geográficos materializados), foram observadas a estrutura, as funções e as práticas socioespaciais dos setores urbanos.

Lefebvre (2013) afirma que, além de ser produto social, o espaço pode ser considerado como uma superestrutura, como resultado das forças produtivas e estruturas, relações de propriedade, dentre outros. Ao mesmo tempo, o espaço é a causa e a razão dos modos de produção, o que o torna inerente à sociedade. Desse modo, o espaço se transforma pelo processo histórico. “Se há produção e processo produtivo do espaço, há história” (LEFEBVRE, 2013, p. 105).

No mesmo sentido, Santos (1977, p. 89) afirma que:

A realização prática de um dos momentos da produção supõe um lugar próprio, diferente para cada processo ou fração do processo; o local torna-se assim, a cada momento histórico dotado de uma significação particular. A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realização da formação social quanto das características próprias do sítio. O uso produtivo de um segmento do espaço num momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento.

Desse modo, a passagem de um modo de produção a outro deixa evidências no espaço. As mudanças nos modos de produção geram novas relações sociais, dessa maneira, a materialidade antes construída pode sofrer transformações por consequência das novas demandas da sociedade (LEFEBVRE, 2013). Caso as formas já materializadas não se transformem, a sociedade deve se adaptar a tais condições, pois a materialidade possibilita ou inibe novas relações sociais (SANTOS, 1977). A partir dessa concepção, da relação indissociável do espaço-tempo-sociedade, entende-se que para decifrar a produção do espaço (sua gênese e sua evolução em processo) é necessário considerar a história da sociedade e das relações de produção. Tendo como base as considerações dos referidos autores, foi definido o segundo momento da pesquisa.

Segundo momento: foi realizado o levantamento histórico do espaço urbano de Poços de Caldas, com base em livros, trabalhos acadêmicos, jornais locais e fotografias antigas. Nessa etapa, houve visitas frequentes à Biblioteca Municipal da Urca e ao Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas. Diante do vasto acervo histórico local, foram selecionados materiais que elucidassem as práticas espaciais no nível econômico, político e social, em diferentes escalas de atuação e diferentes períodos históricos. As leis e decretos municipais também serviram como fonte de informações históricas.

Terceiro momento: a partir da revisão bibliográfica, da análise documental, do levantamento histórico e dos trabalhos de campo, houve a proposta de reconstituir a (re)produção do espaço urbano de Poços de Caldas e a segregação socioespacial.

(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DE POÇOS DE CALDAS

Formação e consolidação do espaço urbano de Poços de Caldas

As primeiras notícias sobre as águas quentes que emergem no sítio onde se localiza atualmente Poços de Caldas surgem no século XVIII, quando as autoridades de Portugal e das capitânicas de Minas Gerais e São Paulo tiveram conhecimento dos poços de águas com possíveis propriedades terapêuticas. A área foi nomeada de Campos das Caldas (VEIGA, 1884; LEMOS, 1904; MEGALE, 1990).

Até antes do século XIX, Campos das Caldas foi pouco povoada. Havia alguns fazendeiros que se aproveitavam das águas e do campo para criação do gado, e visitantes que improvisavam barracas. As motivações desse último grupo eram o tratamento de doenças e o misticismo em torno dos poços (LEMOS, 1904; MEGALE, 1990; MARRAS, 2004). No entanto, já nesse período, havia a pretensão de explorar a área, ao mesmo tempo, criar uma forma de controle sobre a mesma, pois ela estava na fronteira entre as capitânicas de Minas Gerais e São Paulo. Para isso, as terras deveriam ser concedidas a famílias tradicionais capazes de ocupá-las e cultivá-las. Assim sendo, a família Junqueira recebeu do Governo mineiro a concessão das sesmarias correspondente a Campos das Caldas, em 1819.

As águas quentes se tornaram um crescente problema para os Junqueiras. O número de visitantes só aumentava a cada ano, e com isso, suas terras acabavam sendo invadidas para o uso dos poços, de modo que os mesmos não tiravam vantagem nisso. Além disso, havia certa pressão por parte da Província de Minas Gerais para que ali fosse edificado um balneário, visto que os poços tinham uma elevada fama desde a virada do século XVIII para o XIX (VEIGA, 1884; MARRAS, 2004; SEGUSO, 2007).

Em 1865 se inicia o processo de doação de terras do sesmeiro proprietário Joaquim Bernardes da Costa Junqueira para o Governo de Minas Gerais. Tal processo se consolidou no dia 6 de novembro de 1872, com o acréscimo no tamanho da área doada. Sendo assim, em 1872 foi inaugurada a povoação de Poços de Caldas (LEMOS, 1904; MEGALE, 1990; MARRAS, 2004).

De acordo com Marras (2004), houve a aliança entre famílias tradicionais locais, médicos externos à região e membros do Estado de Minas Gerais. De início, esse grupo formou a classe dominante local. O grupo somou esforços para a realização do plano de fundar um núcleo urbano junto aos poços de Campos das Caldas. Seus planos foram viabilizados com recursos públicos, pois esses estavam amparados no discurso positivista da ciência, que fortaleceu suas práticas sociais, políticas e espaciais. “Formou-se na história um bloco compactado de economia, cultura, política e ciência a favor da implementação da moderna estação balneária” (MARRAS, 2004, p. 44).

Em seus primeiros anos de existência, Poços de Caldas apresentou considerável crescimento populacional e desenvolvimento urbano. No último quartel do século XIX, aconteciam os avanços da produção cafeeira no Sul de Minas, paralelamente, em Poços de Caldas, chegavam crescentes fluxos de pessoas incluindo aquelas de alto *status* social e alto poder aquisitivo.

Apesar do rápido crescimento do turismo local, essa atividade ainda não tinha se desenvolvido conforme o desejo da classe dominante. Para progredir, Poços de Caldas necessitava de melhorias nos sistemas de transportes. Uma estrada de ferro poderia reduzir o tempo de deslocamento de pessoas, dentre elas, as elites, facilitando suas práticas políticas, sociais e espaciais. Já para os fazendeiros, a infraestrutura poderia favorecer o escoamento de seus produtos e a importação de mão-de-obra. Desse modo, foi inaugurado, em 1886, um ramal ferroviário em Poços de Caldas. A ferrovia facilitou o contato da localidade com outras cidades importantes do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, fornecendo vantagens para seu desenvolvimento econômico e socioespacial.

O intuito da classe dominante local era transformar Poços de Caldas numa estância balneária reconhecida internacionalmente. Dessa maneira, médicos, técnicos e estadistas foram para a Europa, a fim de colher informações para a construção do balneário e demais edificações de luxo. As viagens ocorreram no início do século XX e nos últimos anos da década de 1920. Nas notas de viagem eram registrados não apenas os aspectos técnicos e funcionais dos balneários, mas também eram anotados os aspectos arquitetônicos, assim como particularidades da vida cotidiana europeia (LEMOS, 1903; 1904; MARRAS, 2004).

Utilizando exemplos das estâncias balneárias da Europa, Pedro Sanches de Lemos, médico pertencente à alta classe poços-caldense, constatou que esses espaços eram compostos não apenas pelas casas de banho, mas também por variados ambientes de lazer com diversos entretenimentos, como: os cassinos com os jogos de azar, e espaços privados e públicos com festividades e diversas apresentações musicais

e teatrais. Todos esses espaços atraíam muitos visitantes, conseqüentemente, geravam muita riqueza (LEMOS, 1903; 1904; MARRAS, 2004).

Nesse sentido, nos primeiros anos do século XX, houve a remodelação do núcleo urbano de Poços de Caldas, tomando como modelo as cidades balneárias europeias. No entanto, observa-se que a preocupação urbanística se restringia apenas às áreas nobres e às edificações de importância para as atividades turísticas, e não à cidade como um todo. Essa diferença é percebida no padrão das ruas do centro em comparação às ruas dos bairros, pericentrais ou distantes, ocupadas após esse período.

A cidade estava se desenvolvendo econômica, social e espacialmente desde os primeiros anos do século XX, no entanto, a cidade tornou-se uma estância balneária de excelência a partir de 1930, década em que foi construído o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro, a Represa Saturnino de Brito e inaugurado o Country Club. Ressalta-se também que, na década de 1920, a área central da cidade havia passado por grandes reformas, como a canalização dos ribeirões e arborização das áreas públicas.

Além do Palace Casino - que é integrado ao Complexo Hidrotermal e Hoteleiro - nos anos dourados dos cassinos em Poços de Caldas (1930-1946), na cidade havia diversas casas de jogos como: o Gibimba, *Bridge Club*, *Radium*, Casino Ao Ponto, *Club Globo*, Casino Caldense, Casino Líder, *Club Grand Hotel*, Casino Grande Hotel Liberdade, Imperial Azul, Imperial Vermelho, Casino Éden e Casino da Urca. Outros espaços voltados ao lazer dos turistas e dos moradores eram os cabarés e o teatro Polytheama. Esses estabelecimentos geravam grande riqueza para a cidade.

Os antigos centros urbanos não desaparecem, eles se transformam ao longo do tempo, “tornam-se centros de consumo” (LEFEBVRE, 2008, p. 20). Esses espaços continuam promovendo intensa vida urbana. Lefebvre (2008, p. 20) afirma que:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para festas, para desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos.

Para Villaça (2001), o centro é vantajoso para todos os tipos de classes, cada qual tendo motivações específicas para usufruí-lo. Contudo, as camadas sociais econômica e politicamente mais poderosas apresentam maiores condições de uso e domínio do centro.

Atualmente, o centro principal de Poços de Caldas é composto pela maioria das instituições de interesse coletivo (político-administrativo, entretenimento, educação, cultura e saúde), por patrimônios histórico-culturais e pontos turísticos (espaços que contribuem para a beleza paisagística local), e por grande oferta de comércio, serviços e empregos. Além disso, o centro também é local de residências. Desse modo, esse centro é importante para toda a população poços-caldense, e também, por ser centro de uma cidade média, é importante para a população residente dos centros urbanos menores inseridos na rede urbana de Poços de Caldas. Por causa dessas características, os valores venais dos lotes e o preço dos aluguéis da área central se apresentam altos, se comparados aos preços e aluguéis dos outros setores urbanos.

Fora os hotéis, balneários e cassinos que compunham o centro principal da cidade, outro local importante para o turismo nas décadas de 1930 e 1940 foi o *Country Club*, atualmente localizado na Zona Oeste. Além do Clube, na Zona Oeste, formou-se o primeiro bairro fora da área central, o bairro Vila Cruz, logo nos primeiros anos do século XX. Atualmente, o bairro Vila Cruz é composto por diversos edifícios residenciais, comerciais e de serviços, consolidando-se como um subcentro.

Dessa forma, a Zona Oeste também foi ocupada durante a primeira fase do espaço urbano de Poços de Caldas, antes do expressivo crescimento do espaço urbano após a década de 1950 - impulsionado pelas mudanças na economia local. As condições topográficas da porção oeste apresentavam-se favoráveis à expansão urbana, pois são áreas em fundo de vale, menos declivosas. Ademais, o interesse na ocupação das áreas a oeste está associado com a inter-relação de Poços de Caldas com cidades paulistas.

Antes da instalação da ferrovia, para chegar à localidade, os visitantes provenientes de São Paulo ou Rio de Janeiro, preferencialmente, deveriam desembarcar de trem em São João da Boa Vista (SP), de lá, deveriam continuar o percurso até Poços de Caldas por meio de tração animal (MEGALE, 1990). Depois da implementação da estrada de ferro, a acessibilidade foi melhorada, dessa maneira, Poços de Caldas aumentou suas relações interurbanas com cidades paulistas e com as capitais São Paulo e Rio de Janeiro por meio da infraestrutura. Sendo assim, devido a tais fluxos, relações e infraestrutura disposta, a porção oeste da cidade já seria mais dinâmica do que a leste desde as últimas décadas do século XIX.

Os edifícios históricos do centro e os espaços de lazer da Zona Oeste que foram produzidos e destinados ao uso quase que exclusivo das classes de alto *status* e poder aquisitivo, ao longo das décadas, foram empossados e/ou passaram a ser administrados pelo poder público local, dessa forma, tornaram-se espaços abertos ao público geral.

Da mesma maneira que no centro principal, a oferta de espaços de lazer e consumo, e a oferta de serviços públicos e privados, valorizam a Zona Oeste em detrimento das outras zonas da cidade. Portanto, o centro e a Zona Oeste são setores urbanos mais antigos e mais dinâmicos, e são, na atualidade, as áreas mais valorizadas.

Diversificação econômica e socioespacial após meados do século XX

Ocorreram avanços técnicos e científicos em diversas áreas do conhecimento no período pós-guerra; com isso, as técnicas nos tratamentos de saúde se desenvolveram, deixando obsoletos os tratamentos à base de águas sulfurosas. Somando-se a isso, houve a proibição dos jogos de azar em 1946 no Brasil, que, conseqüentemente, provocou o fechamento dos cassinos. Nesse contexto, as atividades atreladas ao turismo de cura e ao lazer dos jogos sofreram grande impacto, abalando a economia local (POÇOS DE CALDAS, 1971; OLIVEIRA, 2014).

No entanto, o declínio na economia local ocorrido pelo significativo impacto nas atividades turísticas foi sendo superado pelas mudanças nas atividades econômicas. As atividades de mineração de bauxita, que ocorriam desde a década de 1930, ganharam impulso com a chegada de novas indústrias de alumínio na década de 1950. O desenvolvimento nas atividades de mineração e industrialização é explicado pelas razões conjunturais do período (WILLIANS, 2001; OLIVEIRA, 2018).

Conforme Oliveira (2018), a partir do pós-guerra houve uma crescente difusão do uso do alumínio para a produção de bens de consumo duráveis na escala mundial, que reforçou a importância da bauxita (minério em abundância no Planalto de Poços de Caldas) como matéria-prima. Além disso, o Brasil adentrou em um crescente processo de industrialização a partir do Plano de Metas (1956-1960), que também fez aumentar a demanda de alumínio na indústria nacional. Desse modo, a indústria extrativista tornou-se importante na economia poços-caldense a partir dos anos cinquenta do século XX (WILLIANS, 2001).

A expansão nas atividades de mineração e industrialização geraram crescentes fluxos migratórios de pessoas do campo para Poços de Caldas, provenientes tanto do Sul de Minas Gerais quanto de outras regiões do país. Esse processo de êxodo rural ocorreu de maneira intensa na escala nacional a partir dos anos 1950, com maiores intensidades nas décadas de 1960 e 1980. Em Poços de Caldas, esses fenômenos migratórios manifestaram-se após a década de 1950 e intensificaram-se entre as décadas de 1960 e 1970, devido às possibilidades de expansão do setor secundário na cidade. “A viabilidade de uma progressiva industrialização confirma a posição da cidade, como um polo de sua micro-região” (POÇOS DE CALDAS, 1971, p. 12).

O rápido crescimento populacional ocorrido entre os anos de 1950 e 1970 não acompanhou a estrutura da cidade. Nesse período, as ocupações urbanas das áreas pericentrais pelas populações de menores rendimentos ocorreram de maneira desordenada. Agravaram-se as condições de saneamento do município durante esse período. Em 1970, um terço da população poços-caldense (33,4%) não tinha acesso aos serviços de abastecimento de água e 37,4% dos domicílios não tinham rede de esgotos. Portanto, evidencia-se que a cidade passou por uma considerável crise de infraestruturas urbanas nesse período. Todavia, os índices relativos ao abastecimento de água e às residências ligadas à rede de esgoto se elevaram nas décadas seguintes (SILVA, 2021).

Como um todo, o espaço intra-urbano de Poços de Caldas se expandiu de modo expressivo a partir de 1950. No período que vai de 1950 a 1970, houve uma proliferação de loteamentos, “as áreas loteadas triplicam e a cidade se espalha de forma desmesurada [...] a estrutura urbana apresenta-se

completamente fragmentada, acentuando-se, todavia, uma tendência de ocupação na direção leste” (POÇOS DE CALDAS, 1971, p. 11).

A fragmentação do espaço urbano após a década de 1970

A partir de meados da década de 1960, indústrias de médio e grande porte, dentre elas multinacionais, se instalaram em Poços de Caldas, fortalecendo a economia local. Desse modo, o município teve um acréscimo populacional ainda mais expressivo (Tabela 1), consideráveis taxas urbanização e expansão do espaço urbano nas décadas posteriores (OLIVEIRA, 2014; 2018).

Tabela 1 - Poços de Caldas (MG): Crescimento populacional (1890-2021).

Ano	População			%	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1890	1.830	-	-	-	-
1900	2.161	-	-	-	-
1920	14.587	-	-	-	-
1940	19.872	13.751	6.121	69,2%	30,8%
1950	25.237	19.109	6.128	75,7%	24,3%
1960	38.843	32.291	6.552	83,1%	16,9%
1970	57.565	51.777	5.788	89,9%	10,1%
1980	86.971	81.416	5.555	93,6%	6,4%
1991	110.123	105.205	4.918	95,5%	4,5%
2000	135.627	130.826	4.801	96,5%	3,5%
2010	152.435	148.722	3.713	97,6%	2,4%
2021	169.838	-	-	-	-

Fonte - DIRECTORIA DE ESTATISTICA DO BRAZIL, 1892; 1905; 1928; IBGE, 1941; 1954; 1960; 2020; 2022.
Organização: SILVA, E. A., 2022.

De acordo com Lefebvre (2008), grandes transformações acontecem numa dada cidade quando ocorre o processo de industrialização. As indústrias podem se apoderar da cidade, tomando-a e remanejando-a segundo suas necessidades. O processo de industrialização não cessa com o crescimento das aglomerações urbanas, pelo contrário: onde a indústria se fixa, ela tem o poder de criação, segundo o autor, de subúrbios, bairros operários e até favelas.

A indústria [...] ataca também a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a. Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se deles. O que não impede a extensão do fenômeno urbano, as cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios (com a anexação de favelas lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão-de-obra disponível) (LEFEBVRE, 2008, p. 16).

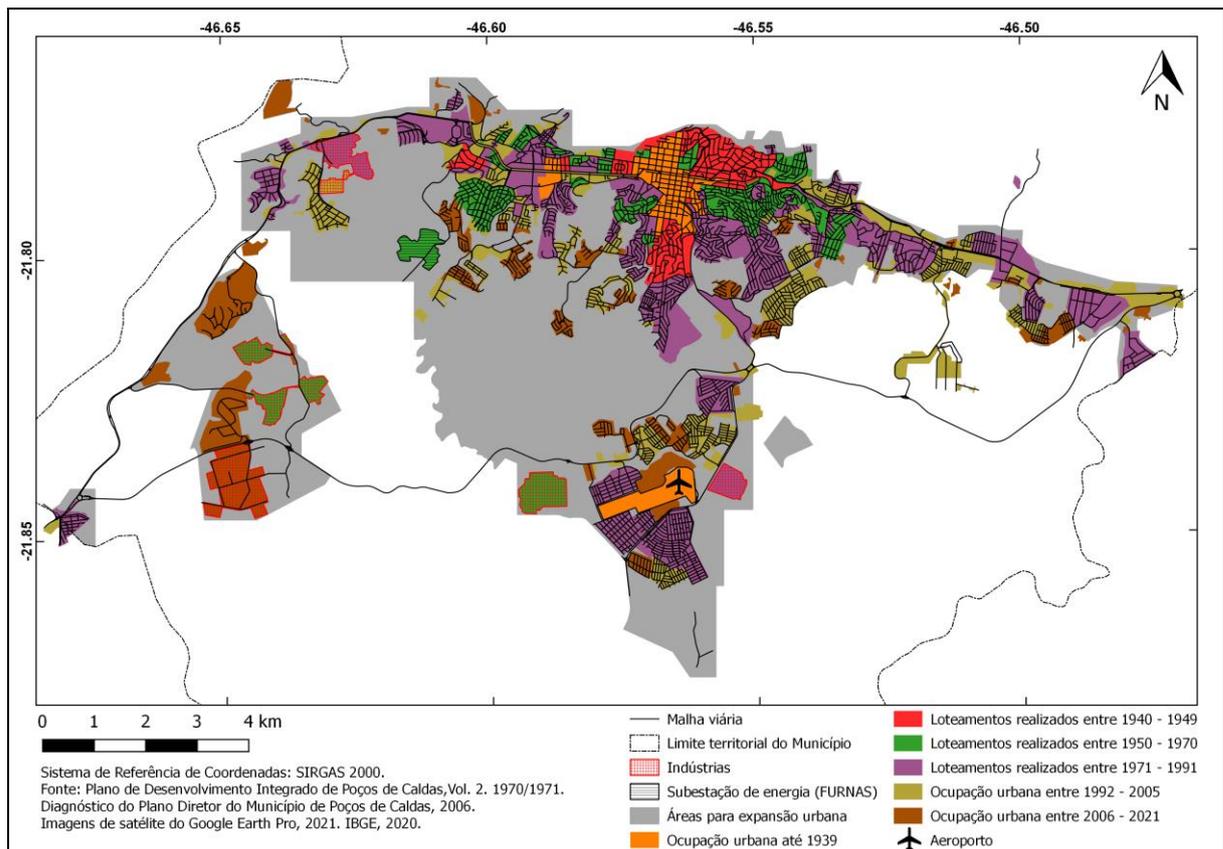
Para Lefebvre (2008), os processos de industrialização e de urbanização podem ser entendidos como processos imanentes, tornando-se um único processo dialético, isto é, podem ser compreendidos como um “duplo processo”. Isto porque não se criam apenas unidades produtivas no processo de industrialização, também são produzidos diversos estabelecimentos, como centros financeiros, técnicos e de decisão. Em razão do expressivo crescimento populacional urbano ocasionado pelo processo de industrialização-urbanização, reforçam-se os processos de segregação socioespacial.

A diversificação das atividades econômicas derivadas da grande industrialização-urbanização ocorrida após meados da década de 1960 trouxe benefícios significativos para o desenvolvimento econômico de

Poços de Caldas, no entanto, o expressivo crescimento populacional acarretado pelo “duplo processo” afetou a qualidade de vida dos moradores da cidade (SILVA, 2021).

A partir de 1970, o espaço urbano de Poços de Caldas aumentou expressivamente, surgindo loteamentos ainda mais afastados e descontínuos do centro principal. Nesse contexto, configurou-se a Zona Sul e se expandiram as zonas Leste e Oeste. Evidencia-se, na Figura 2, a fragmentação do tecido urbano nos três eixos (sul, leste e oeste).

Figura 2 - Poços de Caldas (MG): Crescimento do espaço urbano, 2021.



Fonte - POÇOS DE CALDAS, 1971; 2006a; IBGE, 2020; GOOGLE EARTH PRO, 2021. Organização e elaboração: SILVA, E. A., 2021.

Conforme o Plano Diretor (POÇOS DE CALDAS, 2006a), a grande descontinuidade entre as áreas parceladas e o excessivo número de lotes vazios, até a década de 1990, demonstram uma ocupação urbana orientada pela especulação imobiliária, isso considerando o dinamismo do mercado imobiliário e os altos preços dos terrenos urbanos. Sobre a dinâmica do mercado imobiliário local,

pode-se afirmar que havia, naquela época, uma grande produção de lotes absorvidos pelo mercado imobiliário para investimento financeiro. Assim sendo, esse estoque de terrenos parcelados e dotados de infra-estrutura permaneceu desocupado por anos, implicando na sub-utilização dos serviços públicos e da infra-estrutura disponível. Por outro lado, o aquecido mercado de terrenos para formação desse estoque, além de elevar o custo da terra, delegou, exclusivamente ao Poder Público a iniciativa de atender à demanda habitacional da parcela da população de menor poder aquisitivo (POÇOS DE CALDAS, 2006a, p. 86).

Por causa dessa atuação dos promotores imobiliários, até nos dias atuais há vazios urbanos com terrenos dotados de alto valor de troca, e essa situação é mais presente na Zona Oeste.

No diagnóstico preliminar para a revisão do Plano Diretor do município de Poços de Caldas (POÇOS DE CALDAS, 2006a) é descrita a segregação socioespacial no espaço urbano local. No diagnóstico, a segregação é compreendida como um problema urbano, onde as populações de menores rendimentos se encontram numa condição desfavorecida, seja pela falta de acesso a moradias em função de renda ou pela falta de acesso a serviços. Além disso, é afirmado que seus efeitos são mais intensos na Zona Sul, contudo além de ser forma e condição, a segregação é um processo que se consolida historicamente, devido às atuações dos diferentes agentes sociais.

O Plano Diretor vigente está disposto na lei complementar nº 74/2006, de 29 de dezembro de 2006. Algumas considerações acerca da segregação foram fixadas nesta lei. Uma das diretrizes da Política Municipal de Habitação é “instituir zonas de especial interesse social, delimitando áreas urbanas para serem destinadas a programas de habitação popular, evitando a concentração e segregação espacial da população beneficiada” (Art. 18, Parágrafo único, II, POÇOS DE CALDAS, 2006b).

O mapa de “Áreas relacionadas a programas de habitação popular”, presente no Diagnóstico do Plano Diretor (POÇOS DE CALDAS, 2006a), expõe as áreas com potencial para implantação de programas de habitação popular. Essas áreas se encontravam na Zona Oeste, porém nelas não foram implantados programas desse tipo, após 2006. Por outro lado, foram implantados programas de habitação de interesse social (HIS) somente nas zonas Leste e Sul, após a revisão do Plano Diretor.

Tabela 2 - Poços de Caldas (MG): Habitações de interesse social (HIS) implantadas, 2021.

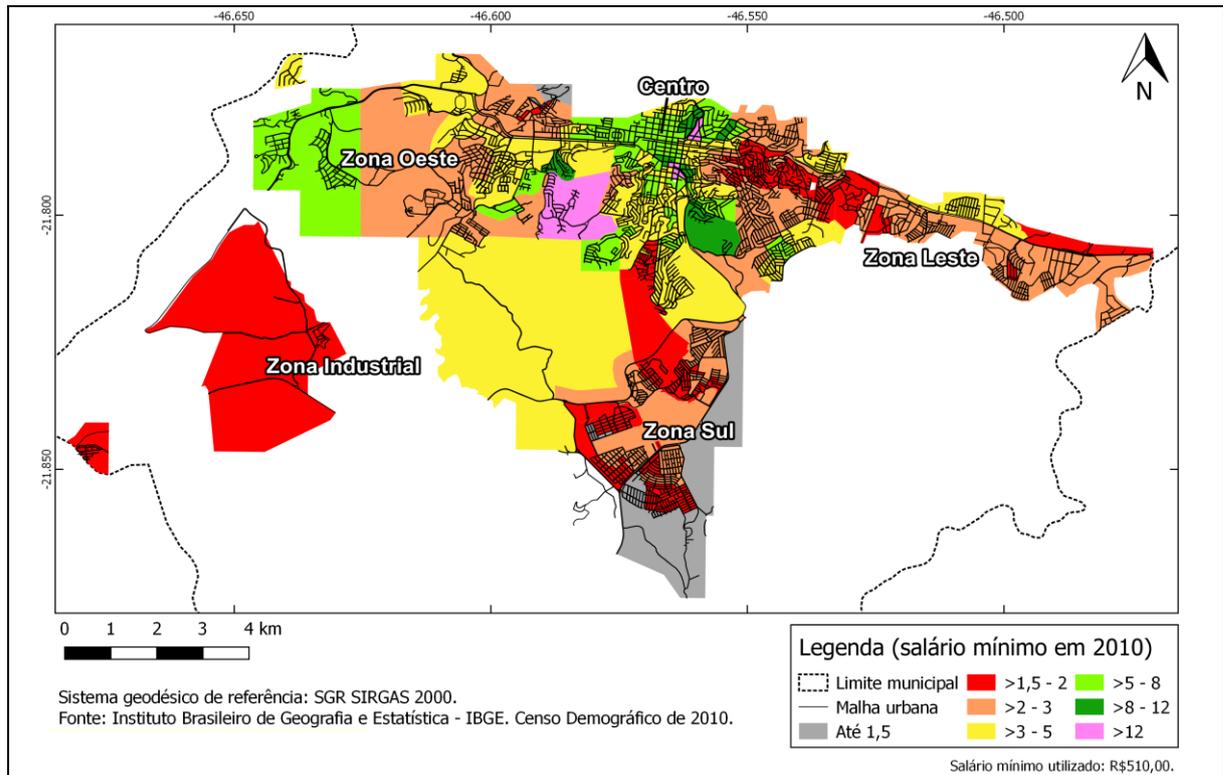
Loteamento	Zona Urbana	Data da implantação	Número de lotes/moradias	(%)
Conj. Hab. Dr. Pedro Affonso Junqueira	Sul	1979-1981	1.551	26,43
Projeto União I e II	Oeste	1986-1997	60	1,02
Maria Imaculada	Oeste	1991	330	5,62
Nova Aurora	Leste	1991	242	4,12
Jardim Esperança I e II	Sul	1992	1.455	24,80
Parque São Sebastião I e II	Sul	1990-1996	890	15,17
Conj. Hab. Jardim Kennedy II	Sul	A partir de 2006	206	3,51
Res. Novo Horizonte	Leste	2011	250	4,26
Res. Parque das Araucárias	Leste	2011	250	4,26
Res. Vale dos Pinheiros	Leste	A partir de 2017	244	4,16
Res. Sonho Dourado I	Sul	A partir de 2018	300	5,11
Res. Sonho Dourado II	Sul	A partir de 2018	90	1,53
Total			5.868	100,00

Fonte - POÇOS DE CALDAS, 2006a; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020. Organização: SILVA, E. A., 2021.

A Tabela 2 evidencia os programas de habitação de interesse social (HIS) implantados no município até o ano de 2021. Observa-se que a maioria desses programas foram implantados na Zona Sul, que no total somam 4.492 moradias ou lotes implantados (76,55%). Na Zona Leste foram implantados 986 lotes ou moradias (16,80%) e na Zona Oeste foram cedidos 390 lotes ou moradias (6,65%).

A implantação dos programas HIS em maiores proporções nas zonas Leste e Sul se relaciona com os índices de renda das mesmas. Atualmente, de modo geral, os rendimentos médios mensais da população residente dessas regiões se apresentam inferiores, se comparados aos rendimentos médios mensais da população residente no centro principal, áreas pericentrais e de certos setores da Zona Oeste (Figura 3).

Figura 3 - Poços de Caldas (MG): Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento, 2010.



Fonte - IBGE, 2010. Organização e elaboração: SILVA, E. A., 2021.

De certo modo, as habitações de interesse social reduziram os problemas de acesso a moradias para parte da população de baixa renda, todavia as localizações onde as moradias foram implantadas - em áreas distantes do centro principal e descontínuas do contexto urbano - reforçaram os processos de segregação socioespacial.

No final dos anos 1970, com o objetivo de sanar o déficit habitacional acumulado nas décadas anteriores, a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas firmou um convênio com a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB-MG). Juntos, Prefeitura Municipal e Empresa definiram a implantação das casas populares em Poços de Caldas.

A COHAB-MG é uma empresa mista, que nesse período, estava encarregada de executar o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) no estado de Minas Gerais. Na qualidade de agente do Banco Nacional de Habitação (BNH), a COHAB-MG tinha a função de produzir moradias para a população de baixa renda, cujos rendimentos familiares se situavam de um a cinco salários mínimos. Por seu turno, o BNH tinha como finalidade orientar, financiar e gerir políticas habitacionais de escala nacional.

Santos (2009) afirma que o discurso da criação do BNH dava-o como instrumento de melhoria das condições de moradia para população urbana, contudo, este banco tornou-se a instituição financeira do Estado designada a preparar o espaço urbano brasileiro para a fase do capital monopolista que estava em processo. Além disso, o autor critica o modo que o Estado atuou em parceria com promotores imobiliários:

Os conjuntos residenciais, levantados com dinheiro público – mas por firmas privadas – para as classes médias baixas e pobres, situavam-se quase invariavelmente nas periferias urbanas, a pretexto dos preços mais acessíveis dos terrenos, levando, quando havia pressões, a extensões de serviços públicos como luz, água, às vezes esgotos, pavimentação e transportes, custeados, também, com os mesmos recursos. É desse modo que o BNH contribuiu para agravar a tendência ao espraiamento das cidades e para estimular a especulação imobiliária. A construção de um conjunto residencial, e a consecutiva dotação de infraestruturas, valoriza os terrenos ao redor, estimulando os proprietários a uma espera especulativa. Produzem novos vazios urbanos, ao passo que a população necessita de habitação, mas sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais equipadas, deve deslocar-se para mais longe, ampliando o processo de periferização (SANTOS, 2009, p. 124).

Conforme Lefebvre (2008), as ações do Estado e do capital convergem para a segregação:

O Estado e a Empresa, como dizíamos, se esforçam por absorver a cidade, por suprimi-la, como tal. O Estado age sobretudo por cima e a Empresa por baixo (assegurando a habitação e a função de habitar nas cidades operárias e os conjuntos que dependem de uma “sociedade”, assegurando também os lazeres, e mesmo a cultura e a “promoção social”). O Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação. (LEFEBVRE, 2008, p. 98-99, grifo do autor).

Em Poços de Caldas, o Estado atuou como promotor imobiliário e financiador de habitações para as classes de baixa renda, em diferentes setores da cidade. Além disso, atuou em parceria com firmas privadas. A maioria dos programas de habitação de interesse social foram implantados nas zonas Leste e Sul, todos sendo implantados a partir da década de 1980, período de grande reestruturação da cidade.

De acordo com Carvalho (1995), houve um plebiscito para decidir onde o conjunto habitacional deveria ser construído, e a área vencedora se localizava ao lado do futuro distrito industrial, na porção sudoeste do município. Entretanto, havia uma pressão contrária por parte dos proprietários das terras dessas áreas, pois os mesmos entendiam que um conjunto habitacional nas imediações poderia desvalorizar suas propriedades. Dessa forma, o prefeito adquiriu outra área na Zona Sul, nas imediações do aeroporto, a aproximadamente 10 quilômetros do centro da cidade.

Sendo assim, em 1979 é aprovado o loteamento denominado Jardim Boa Esperança, propriedade da firma Andrade e Valadares – Engenheiros e Construtores Ltda. A aprovação desse loteamento foi específica para a construção do conjunto habitacional da COHAB-MG. As obras se iniciaram no ano de 1979 e, em 1981, 1.551 moradias foram entregues, favorecendo inicialmente cerca de 7.800 pessoas. O Conjunto Habitacional Dr. Pedro Affonso Junqueira foi o maior projeto de habitação de interesse social implantado em Poços de Caldas (SILVA e ANDRADE, 2019; SILVA, 2021).

Figura 4 - Poços de Caldas (MG): Conjunto Habitacional Dr. Pedro Affonso Junqueira. Foto da esquerda mostra a área sendo loteada, 1979. Foto da direita mostra o conjunto no dia de sua inauguração, 1981.



Fonte - FOLHA POPULAR, 1995.

Até o começo dos anos 1980, a Zona Sul não apresentava ofertas de comércio e serviços, ou seja, o Conjunto Habitacional foi implantado numa área sem estrutura para atender às necessidades dos moradores. Ademais, a oferta de empregos era reduzida no setor, visto que as poucas indústrias próximas aos bairros não tinham capacidade de absorver, de modo significativo, a mão de obra da população residente, portanto, a implantação desse conjunto convergiu para a segregação socioespacial.

Carvalho (1995, p. 2), jornalista e um dos primeiros moradores do Conjunto Habitacional, conta:

As casas estavam aqui, mas os problemas iriam surgir a cada instante. A falta de ônibus, a falta de telefone, a falta de comércio, a falta de posto de saúde, a falta de policiamento, iriam se acumular em 1982, com as fossas cheias e inadequadas a escorrer pelas ruas. Doenças, lama, poeira, falta de rede de esgoto, falta de água [...].

Por sua vez, Bab Carvalho (1995, p. 4), moradora e líder comunitária da Zona Sul, relata:

Outra grande dificuldade encontrada, pelo menos para os chamados pioneiros, foi a falta de ônibus, pois a Circular Poços de Caldas, na época, nas mãos de uma diretoria insensível não colocava carros suficientes e a distância do centro, era um tormento para os trabalhadores.

Ao longo do tempo, outros loteamentos foram realizados na Zona Sul, com isso o setor se adensou expressivamente. No ano 2000, a Zona Sul apresentava 21.867 residentes, o que representava cerca de 16,12% da população total do município nesse mesmo ano (IBGE, 2000). Em 2010, o setor apresentou um contingente populacional de 27.871, que representou cerca de 18,28% da população total do município (IBGE, 2010).

Com o crescimento populacional e desenvolvimento urbano, a Zona Sul criou certa “autonomia” do centro principal, pois nela foram implantados equipamentos públicos de educação, saúde e lazer. Além disso, houve investimentos do setor privado na criação de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, no que se formou uma centralidade no setor. Entretanto, suas ofertas de comércio, serviços e empregos continuam limitadas, fazendo grande parte da população residente se locomover aos outros setores (em especial, ao centro principal) para consumir ou trabalhar.

A maioria dos programas de habitação de interesse social foi realizada na Zona Sul (Tabela 2), dessa forma, a ocupação efetiva do setor se deu pelas camadas populares. Além do Conjunto Habitacional Dr. Pedro Affonso Junqueira, foram implantados outros programas habitacionais destinados aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, como: Jardim Esperança I e II, São Sebastião I e II, e Conjunto Habitacional Jardim Kennedy II, também estão sendo construídos os residenciais Sonho Dourado I e II, pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), faixa 1 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

Uma boa parte da população da Zona Sul é segregada em função da renda, pois de modo geral, os rendimentos médios dos residentes do setor apresentam-se baixos (POÇOS DE CALDAS, 2006a; SILVA e ANDRADE, 2019). Além da questão socioeconômica, a distância e descontinuidade do tecido urbano da porção sul com o restante da cidade, ao mesmo tempo, intensifica os impactos do processo de segregação socioespacial e evidencia a condição segregada do setor. A Zona Sul só pode ser acessada por dois eixos rodoviários, sendo eles: trecho da BR-146 e rodovia Geraldo Martins Costa.

Fragmentação do espaço urbano nas zonas Leste e Oeste

Após a década de 1970, as zonas Leste e Oeste se expandiram expressivamente, também ocorreram processos de segregação socioespacial da população de menores rendimentos nesses setores.

A expansão do espaço urbano em direção leste se iniciou a partir da década de 1940. Esse crescimento ocorreu preferencialmente nos eixos rodoviários, sobre áreas de fundo de vale, e também houve ocupações urbanas sobre áreas declivosas, dessa forma observa-se certa descontinuidade do tecido urbano da Zona Leste. O relevo montanhoso e as condições hidrográficas apresentam-se como barreiras físicas, limitando, de certo modo, a expansão urbana espraiada e a continuidade do tecido urbano no setor leste. Em função de tais características, a morfologia urbana da Zona Leste é estreita e prolongada, se comparada às demais zonas da cidade.

De modo geral, os rendimentos médios mensais da população residente da Zona Leste se apresentam baixos (IBGE, 2010). Em relação à ocupação residencial das camadas populares, observa-se que parte ocorreu sobre áreas pericentrais declivosas com risco de movimento de massas e, ao extremo leste, foram implantadas grande parte das habitações pelo PMCMV (Figura 5). As áreas mais periféricas do setor não têm vantagens locacionais, apresentando certa escassez na oferta de comércio e serviços. Em relação aos projetos HIS implantados na Zona Leste, listam-se: loteamento Parque Nova Aurora, Residencial Novo Horizonte, Residencial Parque das Araucárias e Residencial Vale dos Pinheiros.

Figura 5 - Poços de Caldas (MG): Habitações de interesse social implantadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida no Jardim Itamaraty (Zona Leste), 2020.



Fonte - Arquivo pessoal de SILVA, E. A.

Implantado a partir dos anos 2000, o Jardim Itamaraty é um dos loteamentos mais recentes da Zona Leste e sua distância até o centro principal é de aproximadamente 9 quilômetros. Nele estão situados os residenciais Novo Horizonte, Parque das Araucárias e Vale dos Pinheiros. Esses residenciais, assim como os residenciais Sonho Dourado I e II (Jardim Esperança III, Zona Sul) são obras de uma mesma construtora de capital local e foram construídos através do PMCMV na modalidade faixa 1, isto é, são moradias destinadas para famílias de menores rendimentos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

Por ser um bairro relativamente recente, não é observada uma oferta significativa de comércios ou serviços no Jardim Itamaraty, sendo a oferta de comércio e serviços é ínfima e dispersa. Tal situação é recorrente nos bairros vizinhos, sendo eles o Parque Pinheiros e a Chácara Poços de Caldas, portanto, os índices socioeconômicos baixos, a distância e a descontinuidade desse setor leste com o restante do contexto urbano e a ausência de uma centralidade denotam sua segregação socioespacial (como processo, forma e condição).

Próximo ao Jardim Itamaraty, encontra-se o bairro Chácara Poços de Caldas. No macrozoneamento urbano vigente, esse é classificado como uma Zona Especial de Interesse Social-1 (ZEIS-1), ou seja, é uma região previamente ocupada onde há interesse público de efetuar programas de regulamentação fundiária, urbanística ou jurídica, visando melhorias na qualidade de vida da população residente (POÇOS DE CALDAS, 2006b). No ano de 2011, foram estabelecidos parâmetros urbanísticos para o loteamento Chácara Poços de Caldas, portanto, o poder público local tem conhecimento dos problemas socioespaciais na periferia urbana ao extremo leste.

Atualmente, observam-se consideráveis fluxos de pessoas e veículos no Jardim Itamaraty, visto que, além das residências de padrões modestos e médios dispostas no bairro, os residenciais Parque das Araucárias e Novo Horizonte encontram-se densamente ocupados. Por outro lado, é importante ressaltar que, devido às ínfimas ofertas de emprego, assim como de comércio, serviços e entretenimento, as populações dessas áreas dependem de deslocamentos frequentes para outros pontos da cidade.

Em relação aos programas de habitação de interesse social implantados na Zona Oeste, listam-se: Projeto União I e II e o loteamento do Jardim Maria Imaculada. Em função de suas características sociais e espaciais, no macrozoneamento urbano vigente, a área do Projeto União II também está classificada como ZEIS-1, isso significa que há interesse público de efetuar programas de regulamentação fundiária, urbanística ou jurídica neste espaço (POÇOS DE CALDAS, 2006b).

No que tange às áreas periféricas com conteúdo social de baixos rendimentos da Zona Oeste, há o bairro Chácara Santa Bárbara. No mapa "Evolução Urbana" do Diagnóstico Preliminar (POÇOS DE CALDAS, 2006a), uma parcela do bairro estava classificada como um loteamento irregular, e no macrozoneamento urbano vigente ela é classificada como ZEIS-1. O bairro já foi alvo de reformas urbanísticas uma década mais tarde, a partir de 2016.

Grande parte das moradias desse bairro apresenta padrões de autoconstrução, sendo algumas delas visivelmente precárias e desordenadas. Em relação aos índices socioeconômicos do bairro, conforme a base de dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010), os rendimentos mensais médios dos responsáveis pelos domicílios não ultrapassam 1,5 salários mínimos (salário mínimo de 2010), sendo esse o setor censitário com menores rendas de toda a Zona Oeste.

No que se refere aos espaços de autosegregação, não é verificada uma única área de concentração na cidade, no entanto, nota-se uma tendência na formação de enclaves fortificados na Zona Oeste. Caldeira (2000, p. 11-12) define os enclaves fortificados como: “[...] espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser *shopping centers*, conjuntos comerciais e empresariais ou condomínios residenciais”.

Tomando como ponto de partida uma série de estudos sobre cidades paulistas de porte médio, Sposito (2007b) aponta para uma redefinição das relações centro-periferia nessas cidades. Conforme a autora, até nos anos 1970 e 1980 a circulação intra-urbana nas cidades de porte médio articulava-se em torno de um centro principal, compondo estruturas monocêntricas fortemente integradas a uma única área importante composta de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Nas duas décadas seguintes, evidenciou-se uma multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços (eixos comerciais, centros comerciais e *shopping centers*). Constatou-se também a diversificação dessas áreas, aderindo à segmentação dos mercados consumidores, segundo os diferentes padrões de consumo e mobilidade.

A reestruturação das cidades de porte médio (sendo boa parte delas cidades médias) após a década de 1980, que pode ser conferida pela multiplicação e diversificação de centralidades, está diretamente associada com as iniciativas relativas à implantação de loteamentos fechados na periferia urbana. O aparecimento desses novos empreendimentos fundiários e imobiliários, concomitantemente, promove e reflete o crescimento populacional e funcional das cidades desse porte (SPOSITO, 2007b).

Posto isto, evidencia-se que Poços de Caldas passou por uma reestruturação intra-urbana de maneira semelhante às cidades médias do Interior Paulista. A semelhança se dá por uma série de fatores: pelo tamanho demográfico, pois algumas das cidades paulistas de porte médio, apresentadas por Sposito (2007b), têm entre 100 e 200 mil habitantes; da inserção dessas cidades na rede urbana, por passarem por reestruturação intra-urbana e regional; dentre outros elementos. Apesar disso, são notáveis as particularidades de Poços de Caldas: o meio físico, a localização geográfica, fatores históricos, as atividades econômicas, dentre outros.

Sposito (2007b) elenca as peculiaridades relativas à implantação de loteamentos e condomínios fechados nas cidades desse nível hierárquico:

- Menor preço e maior disponibilidade de terras urbanas. Por causa dessas características, evidencia-se uma ocupação significativa dos segmentos sociais de médio poder aquisitivo nesses tipos de *habitat* urbano;
- O melhor uso do tempo cotidiano e do espaço urbano. Devido às extensões territoriais dessas cidades serem menores e os sistemas viários serem menos densamente utilizados, há maior facilidade nos deslocamentos, dessa forma, há maior acessibilidade aos outros setores da cidade, mesmo esses espaços residenciais estando localizados na periferia urbana.
- Proximidade entre os diferentes sujeitos sociais que produzem tais espaços. Proprietários fundiários, promotores imobiliários, funcionários do Estado e demais representantes de entidades envolvidas na produção desses espaços de autosegregação geralmente frequentam os mesmos ambientes e, eventualmente, moram nos próprios empreendimentos.

De acordo com Miyazaki (2013), os espaços residenciais fechados, que se constituem como enclaves fortificados, são geralmente caracterizados por extensas áreas urbanizadas compostas por moradias e domicílios de uso ocasional com baixas densidades demográficas. Para esse autor, a difusão desses tipos de empreendimento pode provocar problemas de circulação e de acesso ao espaço urbano, por causa dos muros que limitam o acesso do público em geral, por serem áreas extensas com baixa densidade de ocupação e serem construídas em áreas descontínuas e dispersas pelo território urbano.

A venda desse tipo de empreendimento se associa aos discursos utilizados pelo setor imobiliário, de que essas propriedades urbanas estão acrescidas de segurança, paisagismo e qualidade de vida, dessa forma, agrega ao preço do produto imobiliário a mercadoria segurança (RODRIGUES, 2013).

Com exceção do Condomínio Quisisana que foi fundado na década de 1960 e localiza-se nas imediações do centro principal, os demais espaços residenciais fechados de médio e alto padrão foram criados a partir dos anos 2000 e localizam-se na Zona Oeste. Os residenciais fechados de maiores extensões e descontínuos do tecido urbano geral favorecem para a expansão territorial urbana fragmentada (Figura 7).

Da mesma forma, um *shopping center* foi instalado em Poços de Caldas, na Zona Oeste, a partir dos anos 2000. O avanço nos transportes individuais deu condições para a criação desse centro comercial na periferia urbana. Em 2005, foi inaugurado o Minassul *Shopping* (atual *Shopping Poços de Caldas*) num ponto onde supostamente, não havia uma localização funcional, pois não se formavam aglomerações de pessoas no ponto em que ele foi instalado.

Notam-se fatores determinantes para a escolha dessa localização para construir esse centro de consumo. Primeiramente, o setor urbano em que ele se encontra, a Zona Oeste apresenta segmentos sociais de poder aquisitivo variado, desde classes de menores rendimentos, classes médias e altas. Ou seja, por ser um centro comercial, seria interessante construí-lo próximo às camadas sociais com maior poder de consumo.

Outro fator importante é a acessibilidade. O *Shopping Center* localiza-se numa via regional de fluxos rápidos, em direção à saída da cidade ao estado de São Paulo. Uma pessoa proveniente do estado de São Paulo que está a caminho de Minas Gerais encontrará esse centro comercial como primeira opção de um consumo diversificado. Na *homepage* oficial do *Shopping Center* é mencionado sobre sua localização privilegiada (SILVA, 2021).

Em relação às despesas no deslocamento até o *Shopping Center*, observa-se que se uma pessoa que não possui automóvel particular e deseja locomover-se de uma zona urbana para a outra (nesse caso, para a Zona Oeste), necessitará de quatro passagens de ônibus (duas na ida e duas na volta) que somam R\$ 22,40 (valor referente ao ano de 2022), pois inevitavelmente, a pessoa deverá realizar a baldeação no terminal central. Caso tenha o cartão de benefícios e opte por determinadas linhas, ela ganha descontos na segunda passagem. Essa dificuldade na locomoção revela a condição desfavorecida de mobilidade urbana da população de baixa renda.

De acordo com Villaça (2001), as camadas sociais de alto poder aquisitivo, por terem amplas condições de escolha, optam pelos sítios naturais mais atraentes para construir suas moradias. Os locais escolhidos apresentam geralmente vistas panorâmicas e estão livres de riscos ambientais, além disso, na escolha do local, é considerada a acessibilidade aos centros, fator fundamental para o controle do espaço urbano.

Figura 6 - Poços de Caldas (MG): Espaço residencial fechado na Zona Oeste, 2019.



Fonte - Arquivo pessoal de SILVA, E. A.

As duas fotografias da Figura 6 mostram um espaço residencial fechado de alto padrão em Poços de Caldas, que teve sua ocupação efetiva após anos 2000. Esse residencial apresenta uma forma diferenciada de moradia na cidade. Primeiramente, nota-se a localização geográfica onde o mesmo se encontra, na periferia urbana próxima a uma via expressa, a aproximadamente 4,3 quilômetros de

distância do *shopping center* e cerca de 8 quilômetros da área central. Devido à distância, o uso de veículos automotores para locomoções diárias torna-se necessário. O segundo ponto observado são as barreiras físicas do condomínio, onde o acesso só pode se realizar pela portaria (foto à esquerda, da Figura 6). Há também um sistema de vigilância particular. O terceiro ponto observado refere-se às condições do sítio natural. O residencial encontra-se nas bordas da represa Bortolan, local que apresenta atributos naturais e beleza paisagística (Foto à direita, Figura 6).

Assim como o residencial Campo da Cachoeira (Figura 6), os espaços residenciais fechados denominados Chácaras Alto da Boa Vista, *Centreville Village*, Condomínio Campo Alegre e Residencial Serra Altas *Golf Estate* foram ocupados após 2000 e estão localizados na periferia urbana, em eixos rodoviários de rápido acesso aos centros de consumo.

Com a intenção de atrair um público exclusivo, os anúncios publicitários dos espaços residenciais fechados de médio e alto padrão abordam os aspectos topográficos e naturais do loteamento e de suas áreas próximas, a infraestrutura de qualidade, os sistemas de vigilância e as áreas de lazer. Todos esses atributos são explorados como diferenciais (SILVA, 2021).

No entendimento de Villaça (2001, p. 150), os bairros residenciais das camadas de alta renda não se espalham aleatoriamente pelo espaço intra-urbano, eles tendem a se concentrar e se segregar numa região geral da cidade. Essa segregação por regiões da cidade é denominada de macrossegregação. Para o referido autor, se o motivo principal da segregação fosse somente a busca por *status*, valorização ou fixação dos preços de imóveis e/ou a proximidade das camadas sociais consideradas iguais, haveria a segregação apenas por bairros, mas não é assim que ocorre. Para o mesmo, o motivo central da (macros)segregação é domínio sobre o espaço urbano.

No que tange aos bairros de alto padrão ocupados pelas classes de médio-alto e alto poder aquisitivo, observa-se um setor de alta valorização imobiliária a sul do Parque Municipal Antônio Molinari, na Zona Oeste. Eles são o Jardim Novo Mundo (I e II) e o Jardim Europa. Trata-se de loteamentos que surgiram entre as décadas de 1970 e 2000.

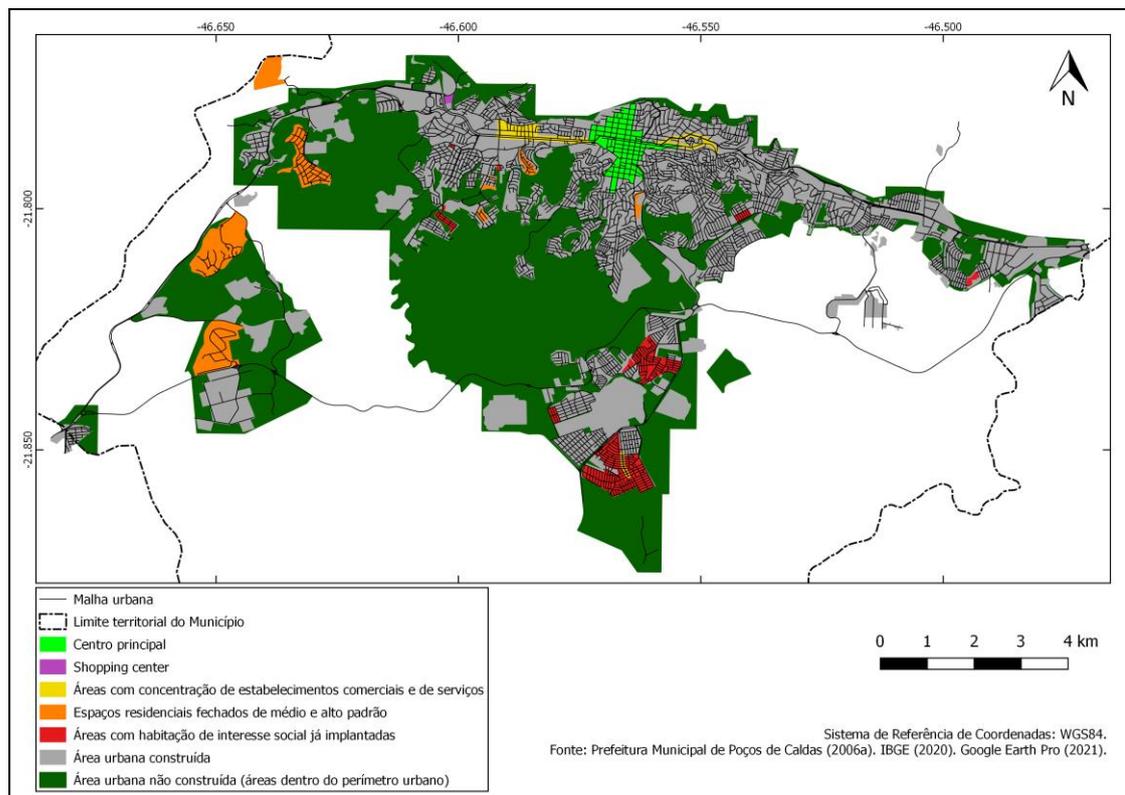
Esses bairros são compostos por vias intra-urbanas largas, calçamento padronizado e áreas amplamente arborizadas. Sobre as rendas da população residente, de modo geral, os rendimentos mensais médios dos responsáveis pelos domicílios do Jardim Novo Mundo I são de 8 a 12 salários mínimos. No Jardim Novo Mundo II e no Jardim Europa os rendimentos mensais médios dos responsáveis pelos domicílios estão acima de 12 salários mínimos (IBGE, 2010).

A porção sudoeste da cidade, que foi estendida após as modificações do perímetro urbano em 1991, contribuiu para dar continuidade à dinâmica de expansão urbana fragmentada com viés especulativo (POÇOS DE CALDAS, 2006a), portanto, esse setor apresenta uma malha urbana fragmentada devido às condições físico-territoriais e aos interesses dos agentes sociais.

A melhor acessibilidade da porção sudoeste se deve em função da facilidade de acesso ao centro principal por meio da Avenida Europa, e aos espaços de consumo da Zona Oeste por meio da Avenida Lisboa (que se torna Avenida Montevidéu a partir de determinado trecho). Essa via também é usada pela população em geral, pois ela serve como um caminho alternativo de acesso ao centro ou à Zona Oeste.

Considerando a reprodução do espaço urbano após a década de 1970, evidencia-se que a cidade de Poços de Caldas tornou-se fortemente dispersa e fragmentada devido às implantações de programas de habitação de interesse social em áreas distantes e descontínuas sem ofertas significativas de bens de consumo coletivo, e pelas implantações de espaços residenciais fechados nas periferias. Paralelamente, observa-se uma relativa multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços, acompanhando a segmentação dos mercados consumidores, segundo os diferentes padrões de consumo e mobilidade urbana (Figura 7). Nesse sentido, a reestruturação da cidade intensificou os processos de segregação socioespacial e fragmentação do espaço urbano (SPOSITO e GÓES, 2013).

Figura 7 - Poços de Caldas (MG): Espaços residenciais fechados, habitações de interesse social implantadas e áreas centrais, 2021.



Fonte - POÇOS DE CALDAS, 2006a; IBGE, 2020; GOOGLE EARTH PRO, 2021. Organização e elaboração: SILVA, E. A., 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que Poços de Caldas alterou suas formas, funções e estrutura urbana ao longo do tempo. Nos anos finais da década de 1970, com o intuito de sanar o déficit habitacional, a Prefeitura Municipal firmou seu primeiro convênio com a COHAB-MG. Nessa parceria, o poder público local e Empresa definiram a implantação do primeiro e maior projeto de habitação de interesse social na cidade. No entanto, a área selecionada para a implantação do projeto foi num setor pouco urbanizado, sem ofertas de comércio e serviços, com ínfimas ofertas de emprego, a aproximadamente 10 quilômetros do centro principal.

O projeto, assim como os outros de habitação de interesse social, facilitou o acesso à moradia própria para uma parcela da população de baixo poder aquisitivo, porém, as áreas escolhidas para a implantação reforçaram os processos de segregação socioespacial. Outros programas HIS foram implantados na Zona Sul, desse modo, esse setor foi significativamente ocupado pelos segmentos sociais de baixo poder aquisitivo. Em função disso, de modo geral, os rendimentos mensais médios das populações desse setor apresentam-se baixos até nos dias atuais.

No que diz respeito à Zona Leste, ela se expandiu expressivamente a partir dos anos 1970, devido as suas condições físico-territoriais, a malha urbana do setor é estreita e descontínua. Nas áreas mais periféricas a leste, foram implantados programas de habitação de interesse social pelo PMCMV - faixa 1. Essas áreas periféricas, que estão a aproximadamente 9 quilômetros do centro principal, não apresentam centralidades, nem mesmo uma oferta significativa de comércio e serviços locais. Dessa forma, a distância e a descontinuidade do setor com o restante do tecido urbano, e certa carência de comércio e serviços, somados aos baixos indicadores de renda, denotam a segregação socioespacial (como processo, forma e condição) no setor.

Na Zona Oeste também foram implantados programas de habitação de interesse social, todavia, em menores proporções se comparado aos demais setores. Observam-se novas formas de segregação socioespacial no setor. A partir dos anos 2000, foram implantados espaços residenciais fechados e um

shopping center na Zona Oeste. Este setor é composto por segmentos sociais de poderes aquisitivos variados, desde classes de baixa, média e alta renda.

Sendo assim, após os anos 1970, evidencia-se uma relativa multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços na cidade. Nota-se também a diversificação dessas áreas, seguindo a segmentação dos mercados consumidores, conforme os diferentes padrões de consumo e mobilidade urbana. Essa reestruturação da cidade ocorreu após a década de setenta intensificou os processos de segregação socioespacial. A cidade tornou-se fortemente dispersa e fragmentada em função das implantações de programas de habitação de interesse social em áreas distantes e descontínuas do tecido urbano, e pelas implantações de espaços residenciais fechados nas periferias.

No âmbito da Geografia Urbana crítica, considera-se essencial a análise e compreensão dos fenômenos espaciais que geram ou intensificam as desigualdades sociais sobre o espaço urbano. Sendo um desses fenômenos, a segregação socioespacial – como produto das relações socioespaciais, processo, condição e forma – deve ser incessantemente analisada, de diversas formas e em diferentes escalas.

Considera-se que muito ainda pode ser debatido acerca da (re)produção do espaço urbano e da segregação socioespacial em cidades médias. Sendo assim, nesse trabalho foi levantada uma série de informações que podem ser úteis tanto para o desenvolvimento de novos trabalhos acadêmicos, quanto para serem consideradas na elaboração de planos diretores participativos.

AGRADECIMENTOS

À CAPES. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código do Financiamento 001. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (PPGEO UNIFAL-MG).

REFERÊNCIAS

- BAB CARVALHO, B. A. B. O Conjunto habitacional completa 14 anos. **Folha Popular: Um Jornal a Serviço da Cidade**. Caderno Especial. Poços de Caldas, 19 ago. 1995. p. 4.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 5 ago. 2020.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto. 1992.
- CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. *In*: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.
- CARLOS, A. F. A. Geografia Crítica-Radical e a Teoria Social. *In*: CARLOS, A. F. A.; SANTOS, C. S.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **Geografia urbana crítica**: teoria e método. Editora Contexto, 2018. p.15-34. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48199>
- CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, p. 349-369, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48199> . Acesso em: 13 abr. 2021.
- CARVALHO, V. O Conjunto Habitacional de ontem, de hoje e o desejado. **Folha Popular: Um Jornal a Serviço da Cidade**. Caderno Especial. Poços de Caldas, 19 ago. 1995. p. 2.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94 p.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de Cidade Média. *In*: SPOSITO M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, v. 1, 2007, p. 23-33.
- CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. *In*: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA DO BRAZIL. **Recenseamento geral da republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890**: Districto federal (cidade do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1892. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=216866> . Acesso em: 1 mai. 2020.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA DO BRAZIL. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1905. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=225474&view=detalhes> . Acesso em: 1 mai. 2020.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA DO BRAZIL. **Recenseamento do Brazil realizado em 1 setembro de 1920**: população. Vol. 4. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1928. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf> . Acesso em: 1 mai. 2020.

FOLHA POPULAR: Um Jornal a Serviço da Cidade. **Conjunto Habitacional**: 14 anos. Caderno Especial. Poços de Caldas, 19 ago. 1995.

GOOGLE EARTH PRO. Versão 7.3.3.7786 (32-bit). Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/versions/>. Acesso em: 4 abr. 2021.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista Do Espaço**. Annablume, 2005.

IBGE. **Sinopse preliminar dos resultados demográficos segundo as Unidades da Federação e os Municípios**: recenseamento geral do Brasil realizado em 1 de setembro de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1941. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf . Acesso em: 1 mai. 2020.

IBGE. **Censo demográfico de 1950. Série regional**: estado de Minas Gerais. Vol. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767> . Acesso em: 1 mai. 2020.

IBGE. **Censo demográfico de 1960**: VII recenseamento geral do Brasil. Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes> . Acesso em 1 mai. 2020.

IBGE. **Censo demográfico: 2000**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**: resultados. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 8 dez. 2020.

IBGE. **Séries Temporais, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/> . Acesso em: 25 abr. 2020.

IBGE. **Estimativas da População 2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados> . Acesso em: 20 jul. 2022.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Trad. GUTIÉRREZ, E. M. (do original: La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 1974). Madrid: Capitán Swing Libros, 2013. 451p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. FRIAS, R. E. (do original: Le Droit à la Ville, Paris: An, 1968) São Paulo: Centauro, 2008. 5. Ed. 144p.

LEMOS, P. S. **Notas de Viagem**. Na Alemanha, na Suíça, na França. São Paulo: Typographica Salesiana, 1903.

LEMOS, P. S. **As águas thermaes de Poços de Caldas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

MARRAS, S. **A propósito de águas virtuosas**. Formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MEGALE, N. B. **Memórias históricas de Poços de Caldas**. Sulminas, 1990. 235p.

- MIYAZAKI, V. K. **Estruturação da cidade e morfologia urbana**: um estudo sobre cidades de porte médio na rede urbana paulista. 2013. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Paulista, Presidente Prudente, 2013.
- OLIVEIRA, E. M. Produção do espaço urbano em Poços de Caldas (MG). **Caminhos de Geografia**, v. 15, n. 50, p. 100-113, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/24596> . Acesso em: 30 out. 2019. <https://doi.org/10.14393/RCG155024596>
- OLIVEIRA, E. M. Uso industrial do território em Poços de Caldas (MG)-1865/2010. **Caminhos de Geografia**, v. 19, n. 65, p. 146-158, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG196511>. Acesso em: 8 dez. 2019.
- POÇOS DE CALDAS, P. M. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas (1970/1971)**. Cole, H.J. + Associados e CONSULTEC Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda.: Rio de Janeiro, Vol. 2. 1971. Financiado pela FINEP.
- POÇOS DE CALDAS, P. M. **Revisão do Plano Diretor do Município de Poços de Caldas**: diagnóstico preliminar. Poços de Caldas: Exatus, 2006a.
- POÇOS DE CALDAS, P. M. **Lei Complementar nº 74/2006, de 29 de dez.** 2006b. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Poços de Caldas nos termos da Lei federal n. 10.257/2001, altera, revoga e acrescenta dispositivos à Lei 5488, de 4 de janeiro de 1994 e dá outras providências. Disponível em: http://200.195.60.10/leis/leiscomplementares/leiscomplementares_74.pdf. Acesso 6 jun. 2020.
- RODRIGUES, A. M. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p.147-168.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009. 5. ed. 176p.
- SEGUSO, M. **Os admiráveis italianos de Poços de Caldas**: 1884-1915. [1988]. 3. Ed. 2007.
- SILVA, E. A.; ANDRADE, A. C. A formação da zona sul de Poços de Caldas, Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, p. 129-142, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2019v29n2p129-142>. Acesso em: 6 nov. 2020.
- SILVA, E. A. **(Re)produção do espaço urbano e segregação socioespacial em Poços de Caldas, Minas Gerais**. 2021. 211 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2021.
- SOARES, B. R. Pequenas e Médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, v. 1, p. 461-494, 2007.
- SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, v. 1, p. 233-253, 2007a.
- SPOSITO, M. E. B. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova**: revista electrónica de geografía y ciencias sociales, n. 11, p. 10, 2007b. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm>. Acesso em: 27 dez. 2020.
- SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.
- SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- VEIGA, B. S. **Almanach Sul-mineiro para 1884**. TYPOGRAFIA DO MONITOR SUL-MINEIRO: Campanha, 1884.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 373 p.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. Studio Nobel, 2012.

WILLIANS, D. (Org.). **Memorial da companhia geral de Minas: seus 65 anos (1935-2000) e apontamentos da história da mineração no planalto de Poços de Caldas**. Poços de Caldas: ALCOA, 2001. 151 p.

Recebido em: 26/06/2021

Aceito para publicação em: 26/07/2022